



# Lefosse energyday 2024

## Tendências, inovações e oportunidades no setor elétrico

- \_ Agenda de descarbonização global
- \_ Potencial das fontes renováveis e do hidrogênio verde
- \_ Impacto das mudanças climáticas



# Sumário

Painel 1	<b>O que dizem os CEOs: as perspectivas e oportunidades para o setor</b>	<b>4</b>
Painel 2	<b>Reforma Tributária: mudanças e impactos para o mercado de energia</b>	<b>10</b>
Painel 3	<b>Captação de recursos no setor de energia: mecanismos alternativos e novas possibilidades</b>	<b>14</b>
Painel 4	<b>Abertura do mercado livre de energia: os caminhos da transição energética no Brasil</b>	<b>20</b>



Realizada em agosto de 2024, a terceira edição do **Lefosse Energy Day** contou com a presença de mais de 300 participantes e com a apresentação de mais de 20 especialistas em energia, que abordaram temas jurídicos, regulatórios e de negócios sobre o setor. Nas próximas páginas, você encontrará os **mais importantes tópicos discutidos nos quatro painéis que compuseram o evento.**

## O que dizem os CEOs: as perspectivas e oportunidades para o setor

- Anna Paula Pacheco Hiote (Diretora presidente da Enel Distribuidora RJ)
- Elbia Gannoum (Presidente executiva da ABEEólica)
- Ricardo Cyrino (CEO da Evoltz)
- Tiago Medeiros (Diretor geral da Czarnikow)

### Moderadora:

- Camila Maia (Jornalista da MegaWhat)

**A** agenda de descarbonização global de empresas e governos, o potencial das fontes renováveis e do hidrogênio verde no Brasil, o impacto das mudanças climáticas e a possibilidade do país se tornar um polo de atração de data centers no mundo trazem oportunidades e desafios para o setor elétrico.

Além de bilhões de dólares em investimentos, o cenário implicará a criação de um novo modelo que deverá incorporar alocação adequada de risco e retorno, segurança jurídica, precificação de atributos de cada fonte geradora de eletricidade e, ainda, permitir flexibilidade para que as empresas se adaptem aos efeitos das mudanças climáticas sobre suas operações. Esse foi o aspecto central das apresentações de painelistas que participaram da terceira edição do Lefosse Energy Day 2024, realizado em 08 de agosto, com a presença de mais de 300 pessoas.

Com hidrelétricas, usinas eólicas, solares e movidas à biomassa de cana-de-açúcar, o setor elétrico será peça-chave para o Brasil, que com essa vantagem competitiva poderá viabilizar a descarbonização da economia mundial com a atração de data centers, eletrificação da indústria e produção de hidrogênio e amônia verdes. Isso também contribuiria para reduzir a sobreoferta de energia, que hoje tem reduzido preços.

Em 02 de agosto, foi sancionado o novo marco regulatório do hidrogênio verde, que desponta no mundo como um energético que poderá ganhar espaço como alternativa de descarbonização. Estudo da BloombergNEF projeta o país como um dos únicos capazes de oferecer hidrogênio verde a um custo inferior a US\$ 1 por quilo até 2030. “O hidrogênio verde é uma solução para o mundo rumo a uma economia de baixo carbono. A demanda é muito grande. Já se vê compra de energia eólica para hidrogênio verde. A aprovação da regulação é uma virada de expectativa”, afirmou a presidente da Associação Brasileira de Energia Eólica (ABEEólica), Elbia Gannoum. “Estamos em crise de demanda, isso é muito sério, mas, se expandirmos o olhar e o horizonte, percebemos soluções”, disse.

O Diretor geral da Czarnikow, Tiago Medeiros, diz que a empresa, que comercializa 15% do açúcar no mundo, ingressou no setor elétrico brasileiro há três anos, de olho nas oportunidades com a abertura do mercado. Ele diz que o hidrogênio verde é uma possibilidade. “Estamos olhando o energético como solução de molécula no mundo. Nosso negócio é granel, vemos uma possibilidade de mistura com amônia verde. Temos mapeado as cadeias logísticas para trazer amônia ou exportar. Essa é uma rota”, ressaltou. Para ele, as mudanças climáticas também impõem a necessidade de precificar atributos das fontes. A empresa tem 400 MW de capacidade instalada em projetos de biomassa de cana de açúcar. O setor sucroalcooleiro tem hoje 17,5 GW de capacidade instalada, principalmente de projetos em São Paulo.

“Esse montante poderia dobrar para 34 GW. Precisa da valoração correta da eletricidade, essa é uma carga que não exige linhas de transmissão extensas por estar perto do maior centro de consumo”.



**Tiago Medeiros**  
Diretor geral da Czarnikow

Para Ricardo Cyrino, CEO da Evoltz, o cenário atual ganhou complexidade com os efeitos das mudanças climáticas sobre as operações. Os eventos, como secas, chuvas, ventos, têm sido mais frequentes e extremos. “Temos visto rajadas de ventos não previstas que derrubaram torres. A previsibilidade fica mais difícil. As linhas foram planejadas em outra realidade. Segundo: como se preparar para enfrentar as mudanças? Como as políticas públicas serão criadas? Como projetar linhas mais robustas? Onde fica a alocação de riscos e custos? Consumidor está disposto a pagar mais? Quanto mais? Os eventos imprevisíveis vão acontecer, só não sabemos como e quando. Estabilidade regulatória e como alocar custos e riscos serão muito importantes e têm de ser refletidos.”



**Os eventos imprevisíveis vão acontecer, só não sabemos como e quando. Estabilidade regulatória e como alocar custos e riscos serão muito importantes e têm de ser refletidos.”**

**Ricardo Cyrino**  
CEO da Evoltz



**Anna Paula Pacheco Hiote**  
Diretora presidente da Enel Distribuidora RJ

Diretora presidente da Enel Distribuidora RJ, Anna Paula Pacheco Hiote, destacou que as distribuidoras também sentem os impactos das mudanças climáticas em um cenário que ainda combina uma figura mais proativa do consumidor. Para ela, o decreto que trata as concessões vincendas a partir de 2025 no setor de distribuição traz flexibilidade para atuar em um ambiente mais complexo. “O decreto possibilita um futuro mais moderno para o setor, com pontos como a adoção de tarifas flexíveis. Além disso, oferece a possibilidade de remuneração anual de investimentos, com um reconhecimento mais imediato do que um ciclo tarifário

de revisão periódica que pode levar de quatro a cinco anos”.

As distribuidoras têm sentido o impacto das mudanças climáticas e o avanço da Geração Distribuída (GD) solar, que tem reduzido mercado. “Aumentar a resiliência da rede é importante, mas é preciso uma análise profunda de custo e benefício, considerando os impactos regulatórios. A alocação correta de custos e riscos traz a importância da separação fio e energia. A distribuidora deve focar no fio e a comercialização ficar em um ambiente livre”.



Da esquerda para a direita: Ricardo Cyrino, Camila Maia, Elbia Gannoum, Anna Paula Pacheco Hiote, Tiago Medeiros e Raphael Gomes

Neste ano, o modelo do setor elétrico, implementado em 2004, celebra 20 anos de existência. O Ministério de Minas e Energia tem dito, publicamente, que o governo trabalha para a revisão e modernização do marco regulatório. Isso cria o desafio de trazer segurança jurídica. “A insegurança jurídica hoje tem sido um tema presente diante de incertezas sobre a reforma que está sendo falada”, afirmou Raphael Gomes, sócio do Lefosse. “A abertura de mercado traz perfis de risco e balanço diferentes. Devemos caminhar em direção a mercados mais maduros, que têm figuras como *clearing* e supri-

dor de última instância”, afirma Medeiros, da Czarnikow.

“A sustentabilidade do setor passa pela revisão do modelo. O consumidor quer energia limpa, justa e barata. É preciso fazer a abertura sustentável com custos e riscos alocados adequadamente”, disse Anna Paula. “Nosso grande problema é que o modelo atual perdeu a eficiência. Ele está inadequado à realidade da sociedade e das transformações. Temos de visitar o modelo energético de forma adequada e precificar os atributos de cada fonte”, disse Elbia, da Abeeólica.



A abertura de mercado traz perfis de risco e balanço diferentes. Devemos caminhar em direção a mercados mais maduros, que têm figuras como *clearing* e supridor de última instância.”



## Reforma Tributária: mudanças e impactos para o mercado de energia

- \_ Breno Sarpi (Sócio de Tributário do Lefosse)
- \_ Cintia Fito (Country tax manager da Engie)
- \_ Karina Maia (Gerente de planejamento tributário da Ultragaz)
- \_ Rafaela Canito (Counsel de Tributário do Lefosse)

### Moderador:

- \_ Pedro Dante (Sócio de Energia do Lefosse)

A reforma tributária, que introduz uma nova visão de cobrança de tributos e busca simplificar o sistema atual, traz preocupações e oportunidades para as empresas do setor de energia. Para Breno Sarpi, sócio do Lefosse, ela traz um novo paradigma, o que exige que as empresas pensem projetos existentes, em execução ou futuros sob essa nova visão, o que poderá levar a reorganizações societárias e até a escolha de um regime de lucro adotado pela empresa diferente do apurado pelo lucro presumido, usualmente selecionado. “É um momento muito importante e é preciso pensar em uma estratégia para as próximas décadas, porque essa reforma substitui o sistema implementado em 1988”.



É um momento muito importante e é preciso pensar em uma estratégia para as próximas décadas, porque essa reforma substitui o sistema implementado em 1988.”

Para Rafaela Canito, counsel do Lefosse, ainda é cedo para estimar se haverá aumento de arrecadação ou de carga tributária para o setor elétrico. Tramita em Brasília o Projeto de Lei Complementar (PLP), o segundo texto de regulamentação da reforma tributária.

A proposta detalha a gestão do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a atuação de seu comitê gestor e a partição de receitas do novo tributo. O primeiro projeto de regula-

mentação da reforma tributária (PLP 68/24), que regulamenta o IBS e a Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS), foi aprovado pela Câmara em julho e aguarda a análise do Senado.

Mas ela ressaltou que há atividades que passarão a ter tributação que hoje não têm, o que pode ter impacto sobre o modelo de Geração Distribuída (GD) Solar.



Rafaela Canito  
Counsel do Lefosse



**Cintia Fito**  
Country tax manager da Engie

**Rafaela Canito**  
Counsel do Lefosse

Atividades como arrendamento, locação e cessão onerosa de créditos de energia sobre GD hoje não tributadas por ICMS e ISS deverão ficar sujeitas ao IBS (Imposto sobre Bens e Serviços) e CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços), que também seria incidente sobre direitos. “Isso vai fazer com que em um determinado ponto da cadeia produtiva, especificamente, haja uma incidência que pode ou não ser maior que a atual. Isso porque haverá um sistema de não cumulatividade ampla, ou seja, todo custo vai gerar um crédito para abatimento destes novos tributos”, disse.

Para Cintia Fito, Country tax manager da Engie, um dos receios é em relação ao aumento da carga tributária em

algumas atividades. “A geração de energia elétrica por vento e sol não concede créditos tributários. Isso é um ponto relevante. Podemos ver reequilíbrio de contratos, mesmo nos privados. Quando foram feitos os contratos, não se imaginava essa mudança. Como será tratado? A ideia é não perder nem ganhar, mas buscar uma tratativa amigável entre as partes. É um momento de conversar com regulatório, comercial e jurídico. Nos novos contratos, incluir cláusulas com mais pontos a partir do mapeamento dos pontos sensíveis”, observou.

Karina Maia, Gerente de planejamento tributário da Ultragas, disse que o texto ainda está sendo analisado, assim como a discus-

são das leis complementares à reforma. Uma das questões é a tributação de atividades como arrendamento e locação, que agora ficarão sujeitas à cobrança de tributos. “Estamos buscando entender a viabilidade dos projetos”, disse. Outro receio é o sistema de transição do novo modelo tributário – a ser iniciado em 2026 e concluído em 2033, ano em que os atuais tributos sobre o consumo serão extintos e o novo modelo estará plenamente vigente. O ano de 2026 será de calibragem das alíquotas e testes do sistema. Neste período o IBS terá uma alíquota de 0,1% e a CBS de 0,9%, sendo que o valor recolhido de ambos os tributos poderá ser utilizado para compensar o pagamento do PIS/Cofins e de outros tributos federais.

Em 2027 se iniciará a cobrança da CBS pela alíquota cheia e haverá a extinção do PIS e da Cofins. “A operação dos dois regimes exigirá mudanças de sistemas de processamento das empresas para recebimento de documentos fiscais, o que pode levar a um aumento de custo.”

“O ano de 2026 será um período de teste para o fisco federal se acostumar com o novo sistema. É preciso sentar e refletir. A mudança pode levar à reorganização societária, ver se tem crédito de ICMS. Mudou a tributação, mudou o negócio. O período de transição é um momento para revisar”, diz Rafaela Canito.



Da esquerda para a direita: **Cintia Fito, Rafaela Canito, Pedro Dante, Karina Maia e Breno Sarpi.**

## Captação de recursos no setor de energia: mecanismos alternativos e novas possibilidades

- \_ André Leite (Vice-presidente de finanças de infraestrutura na América Latina do Citibank)
  - \_ Fabio Kono (Assessor da diretoria de infraestrutura, transição energética e mudança climática do BNDES)
  - \_ Marcos Bertol (Diretor de desenvolvimento de negócios da Atlas Renewable Energy)
  - \_ Marília Rabassa (Sócia e head de consultoria da CELA)
  - \_ Patrícia Cerqueira Vidal (Gerente de societário e mercado de capitais da Eletrobras)
- Moderadora:**
- \_ Miriam Signor (Sócia de Desenvolvimento e Financiamento de Projetos do Lefosse)

Com o grande potencial de geração de fontes renováveis e o papel de protagonista da transição energética global, o Brasil terá o desafio de financiar os projetos, o que irá exigir uma variedade de opções, seja em moeda local, seja em estrangeira. “Há um leque amplo de possibilidades desde debêntures incentivadas, debêntures de infraestrutura, debêntures com variação cambial, *bonds*, crédito em moeda estrangeira e o fundo clima do BNDES”, disse Miriam Signor, sócia do Lefosse.

Uma opção pouco usada no Brasil, mas que teve espaço ano passado foi o “*mini perm*”, um financiamento mais longo do que um empréstimo ponte, mas bem menor do que a média em infraestrutura, e que já é tomado para ser alongado, não amortizado. Em geral, são financiamentos de cinco a sete anos, considerando três anos de construção



e os anos iniciais de operação, em que só 3% a 10% do valor do crédito será quitado nesse prazo. Ano passado, os grupos Norsk Hydro e Macquarie fecharam financiamento de projeto eólico de 465 MW no Brasil, por meio de subsidiárias, nessa estrutura. O empreendimento tem capex total de US\$ 700 milhões, sendo US\$ 346 milhões nesse financiamento de cinco anos e o restante em equity. “Isso foi uma opção”, disse André Leite, Vice-presidente de finanças de infraestrutura na América Latina do Citibank, banco que coordenou a emissão.

Principal financiador de infraestrutura no Brasil e maior instituição financeira de fomento da América Latina, o BNDES enxerga nas debêntures uma forma de estimular projetos de infraestrutura e de fomentar o mercado de capitais e investidores domésticos.

Uma recente novidade são as debêntures de infraestrutura, que dão incentivo fiscal para o emissor. Os papéis foram regulamentados no final de março, pelo Decreto nº 11.964/24, e concedem benefício fiscal para as empresas emissoras, por meio de uma redução adicional de 30% da base de cálculo do imposto de renda e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) sobre o montante total de juros pagos aos detentores dos títulos. “Isso ainda é muito novo, mas estamos abertos a esse instrumento. Temos de avaliar os impactos e métricas de retorno e fazer o comparativo com a debênture incentivada. É mais uma provocação para os clientes”,

afirmou Fabio Kono, Assessor da diretoria de infraestrutura, transição energética e mudança climática do BNDES. As debêntures incentivadas contam com alíquota zero de Imposto de Renda sobre a remuneração paga ao adquirente do título e são principalmente adquiridas por pessoas físicas ou fundos de investimentos de varejo.

O executivo do BNDES também frisou que o Fundo Clima, que mudou de patamar com recente emissão do Tesouro voltada para ele, é outra opção de crédito. O fundo terá R\$ 10,4 bilhões adicionais a serem utilizados pelo Banco no financiamento reembol-



**Fabio Kono**  
Assessor da diretoria de infraestrutura, transição energética e mudança climática do BNDES

sável de projetos que visem à mitigação e adaptação à mudança do clima e aos seus efeitos. Até 2023, o fundo tinha cerca de R\$ 2 bilhões em recursos. “O fundo pode ser expandido. Houve, inclusive, uma emissão recente do Tesouro. Ele foi criado para reduzir custo de capital para projetos de alto impacto climático e temos visto alta demanda”, observou Kono. As modalidades passíveis de financiamento no novo Fundo Clima estão divididas em seis linhas que compreendem: desenvolvimento urbano resiliente e sustentável; indústria verde; logística de transporte, transporte coletivo e mobilidades verdes; transição energética; florestas nativas e recursos híbridos; e serviços e inovações verdes.

Investimentos em moeda estrangeira podem ter espaço, segundo especialistas. Sancionada pelo governo federal no último dia útil de 2021, a Lei nº 14.286, que instituiu o novo marco cambial brasileiro, amplia a segurança jurídica para empresas que quiserem firmar contratos de compra e venda de energia em moeda estrangeira, o que cria oportunidades. Por exemplo, os dez maiores consumidores livres do Brasil são exportadores; no Brasil, mais de 30% do capex eólico é em moeda estrangeira, em solar esses números são ainda maiores, podendo chegar a 60%.

“Há oportunidades para o longo prazo de emissão em moeda estrangeira. Por exemplo, se fala em data centers, que são todas grandes empresas de tecnologia e que na sua maioria estão instalados fora do Brasil. Há hidrogênio verde e biocombustíveis que podem ser exportados”, disse Kono. Para Marcos Bertol, Diretor de desenvolvimento de negócios da Atlas Renewable Energy, essa é realmente uma opção que pode ser analisada. A empresa foi pioneira, ano passado, em obter crédito em moeda estrangeira de US\$ 210 milhões do BNDES para financiar o projeto de energia solar, Boa Sorte.

Foi a primeira vez que o banco concedeu um empréstimo indexado ao dólar americano para um projeto de energia renovável.

O projeto solar Boa Sorte será construído em Paracatu, no estado de Minas Gerais, e fornecerá energia limpa para cliente do setor industrial sob um Contrato de Compra de Energia (PPA) de 20 anos. A usina terá capacidade instalada de 438 MW, que gerará 815 GWh anuais – o equivalente a fornecer energia limpa para mais de 394.000 residências e compensar mais de 61.000 toneladas de emissões de CO2 por ano. “Mas a lei cambial ainda precisa de aperfeiçoamentos, é necessário ainda regulamentar pontos.



Da esquerda para a direita: **Fabio Kono, Marcos Bertol, Patrícia Cerqueira Vidal, Miriam Signor, Marília Rabassa e André Leite.**



**Patrícia Cerqueira Vidal**  
Gerente de societário e mercado de capitais da Eletrobras

Ainda não se consegue ter a conta corrente no Brasil em dólar. A regulação adicional irá se traduzir em menores custos de transação e redução do risco para o financiador”, afirmou o executivo.

Patrícia Cerqueira Vidal, Gerente de societário e mercado de capitais da Eletrobras, afirmou que a *holding*, maior geradora e transmissora do país, simplificou a sua estrutura de governança e abriu capital de subsidiárias como a Eletrosul e a Eletronorte. “Isso facilita as emissões”, afirmou.

Para Marília Rabassa, Sócia e head de consultoria da CELA, as debêntures de infraestrutura têm histórico recente, mas poderão

fazer sentido, ao ter acesso a outros bolsos. “A gente vai precisar ver projetos emitindo e ter um histórico e comparativo deles”, destacou. Marília ainda observou ver espaço para emissão de dívida em dólar, já que pode haver um casamento com a compra de equipamentos, boa parte vinda de fora, e o contrato de energia de uma empresa que tenha receita em moeda estrangeira. Marília destacou, ainda, a consolidação do mercado de geração distribuída e o crescimento dos M&A do setor. Por serem projetos com prazo de construção mais curto e capex menores, os patrocinadores têm buscado financiamento por meio de M&A.

## Abertura do mercado livre de energia: os caminhos da transição energética no Brasil

- Ana Carla Petti (Diretora de assuntos regulatórios e institucional da Comerc Energia)
- Bernardo Sicsú (Vice-presidente de estratégia e comunicação da Abraceel)
- Fabiola Sena (CEO da Fset)
- João Pedro Correia Neves (Sócio e Conselheiro da RZK Energia)
- Ricardo Tili (Diretor da Aneel)

### Moderador:

- Raphael Gomes (Sócio de Energia do Lefosse)

O setor elétrico vive a expectativa de abertura total do mercado livre de energia nessa década, um movimento que pode fazer com que cerca de 90 milhões de pontos de consumo no país ganhem a possibilidade de escolher livremente seu fornecedor de energia. Hoje o mercado livre responde por cerca de 40% da carga do país, mas nenhuma residência e menos de 50 mil empresas estão no ambiente livre. No entanto, para dar sustentabilidade à abertura total, a regulação terá de passar por aperfeiçoamentos.

Para Ana Carla Petti, Diretora de assuntos regulatórios e institucional da Comerc Energia, um passo importante antes da abertura total é a criação da figura regulatória do Supridor de Última Instância (SUI), que teria a responsabilidade de atendimento dos consumidores entre a perda da antiga representação do seu



**Ana Carla Petti**  
Diretora de assuntos regulatórios e institucional da Comerc Energia

comercializador varejista e a busca por um novo. A figura ainda não está regulamentada no Brasil. A crise do gás na Europa, com o conflito russo-ucraniano, reforçou sua relevância. Desde 2021, metade das comercializadoras do Reino Unido faliu e uma grande parte foi colocada sob administração especial com injeção de mais de 2,5 bilhões de euros. “Isso não é novidade, essa figura existe em vários países com diversos modelos. No Brasil, deve ser criada por lei e será necessário tratar do cliente inadimplente”, disse Ana Carla.

A abertura também cria a necessidade de discussão da livre concorrência e da adoção do modelo de *open energy*. “Os dados são a maior riqueza do século XXI e o consumidor tem de estar no centro disso”, disse Bernardo Sicsú, Vice-presidente de estratégia e comunicação da Associação Brasileira das Comercializadoras de Energia Elétrica (Abraceel). “A regra atual do jogo

permite que comercializadoras atuem no mercado e estejam ligados a grupos que tem distribuidoras, que podem em alguns casos usar sua posição de monopolista da rede. Temos conversado com a agência para que não haja problemas”, afirmou. Ele exemplificou com um caso em que um consumidor estava negociando acordo com uma comercializadora independente e em pouco tempo, antes do fechamento da proposta, recebeu uma outra oferta da comercializadora que estava ligada a uma distribuidora da área de concessão dessa empresa. Para a Abraceel a criação de um ambiente de *open energy* em que o consumidor passaria a ter o controle dos seus dados será fundamental em um ambiente de livre concorrência. “A falha da concorrência pode gerar uma conta a ser paga”, destacou Raphael Gomes, sócio do Lefosse.



**Os dados são a maior riqueza do século XXI e o consumidor tem de estar no centro disso.”**

O Diretor da Aneel, Ricardo Tili, disse que é preciso garantir que o mercado seja seguro e que as comercializadoras não operem muito alavancadas. “Entendemos que para continuar a abertura será preciso a figura do supridor de última instância, para quem não quiser ir e para quem tenha de ser resgatado. Mas também teremos de separar fio e energia e deixar a distribuidora só com o fio”, observou. Tili ainda disse que é preciso que o sistema de formação de preços trabalhe com sinais de mercado. “O preço da energia às 14 horas não é o mesmo das 18 horas, é preciso remunerar essa rampa. Quem vai dar essa resposta sistêmica?”, questionou.



**Entendemos que para continuar a abertura será preciso a figura do supridor de última instância.”**



Da esquerda para a direita: João Pedro Correia Neves, Bernardo Sicsú, Ana Carla Petti, Raphael Gomes, Fabíola Sena e Ricardo Tili.



**Ricardo Tili**  
Diretor da Aneel

Para Fabíola Sena, CEO da Fset, a abertura dependerá do equacionamento dos contratos legados. O modelo de 2004 fixava que as distribuidoras comprariam energia em leilões de longo prazo. Há contratos que vão além de 2046. A abertura pressupõe que esses contratos poderão criar desequilíbrio para as distribuidoras, elo arrecadador da cadeia do setor elétrico. “Esse encargo de sobrecontratação que poderá ser criado será cobrado de quem? Será de quanto?”, questionou. Ela ainda apontou que um parágrafo da lei 9.074, que criou o mercado livre, aponta que a migração não pode resultar em aumento da tarifa.

Para João Pedro Correia Neves, Sócio e conselheiro da RZK Energia, a portabilidade da telefonia deu certo e poderia ser uma ideia replicada no setor elétrico. Para a abertura, ele também ponderou que os medidores de energia precisam de mais inteligência. “Isso possibilita mais ferramentas”, afirmou.

## Nossos sócios e nossa counsel



**Raphael Gomes**  
Sócio de Energia



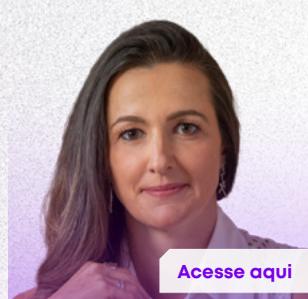
**Pedro Dante**  
Sócio de Energia



**Bruno Crispim**  
Sócio de Energia



**Breno Sarpi**  
Sócio de Tributário



**Miriam Signor**  
Sócia de Desenvolvimento e  
Financiamento de Projetos



**Rafaela Canito**  
Counsel de Tributário

Clique no vídeo a seguir e confira os melhores momentos do **Lefosse Energy Day**.



## Expediente

### Redação

Roberto Rockmann

### Produção editorial

Camila Luz, Cristina Calassancio, Danielle Polster e Luciana Inomata

### Produção visual

Rafael Cardoso, Victor Furtado e Anastasia Petrova

### Revisão

Gabrielle Abreu

### Fotografia

Panóptica Multimídia



# Lefosse

energyday  
2024

